



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4th MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 23 - Nº 426 - DE 18 DE JANEIRO A 01 DE FEVEREIRO DE 2012 - R\$ 3,00

Conferência Nacional do POR: Os trabalhadores precisam se organizar para enfrentar os efeitos da crise capitalista

Cracolândia: Retrato da barbárie capitalista



O Movimento Ceará Vermelho e a vitória sobre o governo antipopular de Cid Gomes

Teresina e Vitória: Aumento da passagem e Repressão de verdade!



Oposição revolucionária a Dilma

Por onde passa a crise no Brasil

Os banqueiros, importadores, exportadores de commodities (matérias primas, produtos agroindustriais) e agronegociantes, por enquanto, não reclamam diante do governo. Estão faturando alto. A dívida pública tem sido paga religiosamente. A população continua sendo endividada. Os juros dão bons resultados. Uma enorme onda de dólares invade as fronteiras nacionais. O superávit da balança comercial perdeu força, mas não tanto. Há um sinal negativo no déficit das contas correntes, que preocupa o governo. Mas em contrapartida crescem as reservas cambiais. Os impostos não se reduziram, até cresceram. Com o superávit primário em dia, a confiança dos credores permanece inabalável.

Com esses dados em mãos, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, pode ser otimista, com mais moderação se comparado com o que se passou no governo de Lula. Agora, admite que o Brasil, apesar de todas as vantagens mencionadas, precisa ter cuidado com o desenvolvimento da crise que abala a União Europeia. A presidente Dilma Rousseff chamou a atenção dos funcionários dizendo que não é hora de pedir aumento salarial e clamou que os sindicalistas continuem a colaborar com a política anticíclica do governo. O povo deve continuar a consumir, segundo a presidente, porque o mercado interno permite. Observa-se que houve uma mudança do governo quanto ao otimismo exagerado do ex-presidente Lula.

A crise mundial de fato arrasta inexoravelmente o Brasil. Por onde se manifesta? Pela retração da indústria.

Em 2011, o descenso foi sentido pelo setor. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) estima que cresceu apenas 1,8%, enquanto que o Produto Interno Bruto (PIB) atingirá entre 2,8% a 3%. A projeção é de melhora em termos absolutos, mas em relação ao PIB

a indústria continuará em desvantagem, permanecendo na frente o setor de serviços. No cômputo das exportações, decresceu a fatia das manufaturas. No ano passado, houve demissões e redução do emprego industrial. Destaca-se o fechamento de algumas fábricas no ramo têxtil, de calçados e metalurgia.

A redução do ritmo de crescimento da produção industrial, no entanto, não é isolada. Em 2010, o PIB voltou a crescer 7,5% sobre a base negativa de 2009 e em 2011 desceu para 3% (número ainda não definitivo). Desde que eclodiu a crise em 2008, nos Estados Unidos, a economia brasileira passou a sofrer brusca oscilação, mas com tendência para menos. A que se deve?

Foi significativa a queda no mercado mundial de 12,6% em 2009, sem perspectiva de recuperação em curto prazo e com a possibilidade de continuar a cair neste ano que começa devido à recessão na União Europeia. Inevitavelmente, esse resultado, considerado o pior nos últimos 30 anos, abalaria sensivelmente as exportações brasileiras.

Quem dependeu das estimativas do governo e mesmo de instituições privadas especializadas em orientar o capital se frustrou. As superestimativas deram em seu contrário. Mais cautelosas, as autoridades, neste momento, apontam a continuidade do descenso.

É bem provável que o Brasil não consiga reverter a desaceleração e as massas tenham de pagar com desemprego, queda dos salários e inadimplência. Aqui está o fundamental. Tudo indica que se encerrou o período de ascensão econômico da última década, que coincidiu com a chegada do PT no poder do Estado e constituição de um governo de colaboração de classe em torno do caudilho Lula.

Não se trata, bem entendido, de um fenômeno nacional, mas internacional. A burguesia usa de seus recursos para alongar no tempo e evitar choques agudos. Mas o acúmulo de contradições não faz senão dificultar as ações unitárias da classe capitalista e de seus governos, como se verifica nos impasses da denominada “dívidas soberanas” de países europeus.

A crise vem obrigando o capitalismo a destruir forças produtivas excedentes e a descarregar seus efeitos sobre os explorados. Por ser mundial, atua por cima das fronteiras nacionais e potencia em cada país seus desequilíbrios internos. É para essa situação que a classe operária e os demais oprimidos devem se preparar.

Se a camisa de força da burocracia sindical perdurar e se as massas continuarem iludidas com os governos burgueses, pagarão muito caro. Não devemos desconsiderar a responsabilidade das correntes de esquerda e dos sindicalistas que se reivindicam classistas em auxiliar na tarefa de alertar os explorados e prepará-los para o enfrentamento. Como? Indo para a classe operária com um programa de defesa da força de trabalho. Esse é o ponto de partida.

Está colocada a campanha pela estabilidade no emprego e fim de todo desemprego aplicando a escala móvel das horas de trabalho. Diante do fechamento de fábrica, rechaçar as propostas de acordo indenizatório e colocar para os trabalhadores a bandeira de estatização, sem indenização, controle operário da produção e abertura da contabilidade. Dirigir para a juventude a reivindicação de emprego, salário e escola a todos. Incentivar a revolta instintiva dos explorados, ajudá-los em suas mobilizações, tomar a frente organizando a ação direta unitária e rechaçando as medidas conciliadoras da burocracia sindical.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa. CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO - www.pormassas.org

Cracolândia – Retrato da barbárie capitalista

Nos primeiros dias de janeiro, o centro da cidade de São Paulo foi sobressaltado pela varredura policial na denominada Cracolândia. Começava mais uma vez a limpeza da área de centenas de viciados – uma multidão de seres, a maioria jovem, que caiu na escala mais baixa dos degraus sociais do capitalismo. Dizemos mais uma vez, porque desde 1999 se faz esse tipo de operação quando o prefeito e o governador decidem fazer alguma obra na área. Lembramos que há 11 anos atrás o prefeito Celso Pitta lavou com desinfetante a Cracolândia, em um gesto de higienização. Mais tarde se descobriu que Pitta roubava descaradamente os cofres públicos, juntamente com asseclas. Como se vê, está nas mãos dos maiores crápulas da política burguesa a tarefa de tapar a chaga da Cracolândia.

Agora, o governador Geraldo Alckmin e o prefeito Gilberto Kassab decidiram que com “dor e sofrimento” os desclassificados seriam convencidos a abandonar as imediações do Largo Coração de Jesus, as Praças Julio Prestes e Princesa Isabel, etc. A “dor e sofrimento” começaram por uma ocupação nos locais infestados, expulsão de bandos de viciados, perseguição e custódia. O alvoroço marcado por bombas de gás, de efeito moral e tiros de borracha agitou o centro da maior e mais rica cidade do País. Uma jovem exibiu os lábios dilacerados por um tiro de borracha, dado a “queima roupa” – um sinal de que lhe estourando a boca se estaria aplicando a terapia da “dor e do sofrimento”.

As cenas chocaram até mesmo o coração dos políticos e homens da justiça burguesa que não fazem parte da camarilha de Alckmin e de Kassab. Ambos governantes alegaram que a “limpeza” foi desencadeada pelo escalão secundário da Polícia Militar sem o devido conhecimento dos seus superiores. A medida de desmonte da Cracolândia estava sendo planejada para coincidir com a abertura do centro de internação Complexo Prates, uma obra de R\$ 14 milhões, capaz de receber 1,2 mil drogados. Para isso, os governantes haviam organizado a “Operação Integrada Centro Legal”. No fundo dessa medida saneadora, está o plano de “revitalização” do bairro da Luz, que envolve o setor imobiliário, grupos econômicos e, portanto, muito dinheiro. Os sem-teto e “craqueiros” são um obstáculo a essa iniciativa.

Como arrancar a multidão de lumpens? Alckmin e Kassab, em cooperação com o governo federal, arquitetaram uma saída terapêutica, que consistia em retirar à força os drogados, interná-los e recuperá-los. A presidente Dilma Rousseff lançou um programa nacional de combate ao crack, prevendo etapas. Seriam construídos os centros de internação, consultórios de rua, bases móveis da polícia, câmeras, etc. e haveria uma combinação de ações assistenciais e policiais. Esperava-se e espera-se com essa diretriz coibir o tráfico e retirar os dependentes das ruas. Como se vê, tudo pensado de acordo com os “direitos humanos” e

com princípios civilizados. A nobreza do propósito foi então maculada com a expulsão dos estropiados pelas ruas do centro de São Paulo. Na verdade, a forma de varredura com cerca cem policiais, explodindo bombas e cuspidando balas de borracha, e com a horda sendo escorraçada deu a imagem verdadeira e precisa da realidade social.

O crescente contingente de sem-teto, de moradores de rua e de seres desgraçados pelo tóxico em todos os centros urbanos do País é uma das faces da barbárie capitalista. É o resultado da exploração do trabalho, da alta acumulação de riqueza, do desemprego, da ausência de perspectiva para milhões de jovens, da desintegração familiar e da mercantilização da droga. A violência policial corresponde ao nível de barbárie que se eleva. O narcotráfico penetrou por todos os poros da sociedade burguesa. O consumo da droga não abarca apenas os jovens da burguesia e da alta classe média. Espalhou-se pelas camadas mais pobres da população, infestou as favelas e bairros populares. Parte dos drogados não encontra outro caminho senão se agrupar em rebanhos nos centros das metrópoles. E assim vai se espalhando para o interior dos estados.

Com toda capacidade policial, jurídica, administrativa e com tanta riqueza, o narcotráfico não é destruído e continua a se fortalecer. A razão está em que é produto genuíno do capitalismo. Constituiu-se uma burguesia narcotraficante internacional, entrelaçada aos grandes empreendimentos, aos bancos, à polícia, à justiça, aos governos. As instituições procuram limitar seu avanço descarado e discipliná-lo, mas não é possível. As dependências econômico-financeiras são múltiplas e necessárias para o capitalismo parasitário. Quanto mais as forças produtivas encontram na grande propriedade privada dos meios de produção um obstáculo para continuar seu desenvolvimento, mais se desintegra e potencia o parasitismo.

A produção de narcóticos em grande escala, a explosão de seu consumo e a expansão de mercados são uma de suas consequências. Não há alternativa de solução para o narcotráfico e o consumo no âmbito do capitalismo. Reprimir, administrar, liberar, distinguir, educar, curar, ressocializar, recuperar são meios e métodos subordinados ao sistema de exploração e opressão que se decompõem. É necessário atacar as causas econômicas, sociais e políticas. O que obriga a responsabilizar a burguesia e seu sistema historicamente esgotado.

Certamente, não se trata de esperar a revolução proletária e o socialismo para combater a dizimação de parte da população na forma de lumpesinato, como é o caso de centenas de seres das cracolândias. Um conjunto de reivindicações se coloca imediatamente: 1. Emprego a todo jovem; 2. Salário mínimo vital que corresponda às reais necessidades da família; 3. Jornada de trabalho compatível com os estudos; 4. Constituição de comitês sindicais, populares e estudantis para reintegrar os sem-teto e drogados; 5. Fim de toda repressão aos consumidores de droga.

Os esgotos do Judiciário brasileiro

O Judiciário faz parte da superestrutura do Estado burguês, que, por sua vez, se assenta na infra-estrutura econômica. Expressa, portanto, em certa medida, a situação em que se encontra o capitalismo e a classe dominante. Formalmente, na democracia, no denominado Estado de Direito, ao Judiciário é prescrita a independência perante os poderes do Executivo e do Legislativo. Também é apresentado como um poder acima dos interesses de classe.

Não obstante, de fato, o Judiciário, como o Executivo e o Legislativo, não passa de instrumento com atribuições emanadas pela classe capitalista para dirimir seus conflitos, pendências e interesses particulares que surgem do funcionamento da economia, das condições de existência do direito de propriedade e da luta de classes. Não por acaso, é de domínio público que a justiça serve aos grandes, aos que têm dinheiro e influência política.

Por mais que setores da burguesia tenham se esforçado para “modernizá-lo com o objetivo de melhor servir aos seus conflitos internos e por mais que setores da pequena-burguesia tentem “democratizá-lo” em seu funcionamento para se mostrar mais “popular”, transparente, justo, etc., o Judiciário continua como uma instituição fechada e controlada por uma casta de juízes.

Uma das bandeiras modernizadoras foi a de reforma do Judiciário. Dizia-se que nesta instituição existiam “caixas pretas” que deveriam ser abertas, e os seus segredos, desvendados. Mas nem o Executivo e nem o Legislativo podiam abri-las, uma vez que se violaria o princípio constitucional da independência dos poderes.

Mas uma auto-reforma livre e espontânea não ocorreria. A casta que comanda a instituição não teria interesse. As pressões da denominada “sociedade civil”, que não é outra coisa senão os partidos da burguesia, instituições da ordem (OAB, Igreja, ONGs) e a opinião pública de uma camada da classe média acabaram obtendo um acordo – não um consenso, evidentemente. Criar-se-ia um organismo do próprio Judiciário para exercer um “controle externo”. Logo se vê que a corrupção era tão grande e descarada que se justificava um disciplinamento. Mas não poderia ser imposto pelos poderes Executivo e Legislativo. O fracasso da CPI do Judiciário, instalada em 1999, mostrou que por essa via não se controlariam os desmandos dos juízes. Em meio a disputas interburguesas, assim, foi parido em 2004, sob o governo de Lula, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Os juízes (ministros) do Supremo Tribunal Federal (STF) resistiram o quanto puderam a esse artifício, embora uma parcela de juízes do “baixo clero” se opusesse à inflexibilidade dos “papas”. O ministro Marco Aurélio Mello foi um dos que trabalharam duramente contra a criação do CNJ, sob o argumento de inconstitucionalidade e da tese da auto-suficiência do Judiciário de corrigir os desvios. Quase 7 anos depois da estruturação, o CNJ não controlou nada.

A cada tentativa de ação do CNJ contra juízes larápios resultava em bate-boca. Ocorre que a deterioração dos tribunais é tão grande que alguma coisa tinha de ser feita. Ou então o CNJ cairia em descrédito e poderia fechar a portas.

A procuradora Eliana Calmon se destacou por insistir em investigação de casos escandalosos. Comprou uma briga com a casta do STF, que a acusou de desrespeitar a autonomia dos tribunais, que possuem corregedorias próprias. Nesse entreato, a procuradora soltou uma frase lapidar: “a magistratura está com problemas de infiltração de bandidos que estão escondidos atrás da toga”. Certamente, foi condescendente ao caracterizar como “infiltração”. Mesmo assim, abriu uma crise política.

Alguns “bandidos de toga” tinham sido identificados logo no poderoso Tribunal de Justiça de São Paulo. Entre eles, estavam os ministros do STF Cezar Peluso e Ricardo Lewandowski. Eliana correu a explicar que nenhum deles estava sob investigação. Não tinha conserto, o caso envolvendo milhões de reais que atingiu vários juízes, entre eles o ex-presidente do TJSP, Roberto Bellocchi, apontava Peluso e Lewandowski.

A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) entrou com uma liminar contra o direito do CNJ investigar e punir juízes. A ação política foi planejada para ter seu desfecho às portas do recesso do Judiciário. Marco Aurélio Mello, sem o menor constrangimento, concedeu a liminar que suspendeu o trabalho de investigação do CNJ. Ricardo Lewandowski, por sua vez, bloqueou o rastreamento à folha de pagamento do TJSP, que prometia se estender aos 22 tribunais do País, como noticiou a grande imprensa.

Além de suspender os trabalhos do CNJ, a corregedora Eliana Calmon está sendo acusada de violar o sigilo dos juízes. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe) e a Associação Nacional dos Magistrados Trabalhistas (Anamatra) entraram no Ministério Público com um pedido de investigação sobre o vazamento de dados sobre a vida financeira de magistrados.

A reação da casta que controla o Judiciário e das associações corporativistas tomou corpo e forma de crise política. Ninguém pode mexer nos privilégios auto-outorgados pelos juízes e no uso do poder para se locupletar. É bem provável que vão chegar a um acordo. Não há como moralizar, democratizar ou controlar uma instituição que se expressa a grande propriedade e a decomposição do capitalismo. O corporativismo, as caixas pretas e os poderes de camarilhas não são exclusivos do Judiciário. Regem a vida do Estado burguês.

Antigas reivindicações democráticas, como eleição de todos os cargos pelo voto universal, secreto e revogabilidade de mandato soam fora de lugar de tão podre que se acham as instituições burguesas. A Justiça é parte da ditadura de classe da burguesia sobre o proletariado e os demais explorados. Há que denunciá-la como tal e defender sua destruição como parte da destruição da ditadura de classe burguesa.

Os privilégios – os juízes do STF ganham R\$ 26. 723,00, têm férias diferenciadas, auxílio-moradia, etc - devem ser combatidos pelas massas exigindo que nenhum juiz, parlamentar, governante e funcionário do Estado ganhe mais que o salário mínimo vital, que se elimine o sigilo bancário e que todos os cargos passem a ser eletivos e revogáveis por quem eleger. Bastaria um luta firme dos explorados pela implantação do salário mínimo vital e pelo fim de todos os privilégios da casta

que serve à classe capitalista para iniciar o desmoronamento da ditadura de classe da burguesia. Não se trata de reformar o Judiciário porque o capitalismo não é reformável, deve se sepultado pela revolução proletária.

CNJ sob suspeita

Os adversários de Eliana Calmon apresentaram uma arma mais poderosa que liminares e suspensão das investigações. Membros do CNJ estão sendo acusados também de corrupção. Se o órgão encarregado de limpar a sujeira nos tribu-

nais do País também se deixa flagrar em falcaturas, então os bandos empatam. Segundo a imprensa, a IBM apresentou queixas contra os responsáveis em montar uma sala-cofre, no valor de R\$ 8,6 milhões sem a devida licitação. O diretor do Departamento de Tecnologia e Informação do CNJ havia questionado o procedimento e foi exonerado. O promotor de Justiça Gilberto Valente prometeu fazer uma auto-investigação no próprio CNJ. Nota-se que esse organismo nasceu infestado pelos interesses típicos da burocracia estatal e da politicagem burguesa.

Denúncias

A crise econômica começa a aterrorizar a classe operária. Os anúncios de demissões, fechamento de fábricas e de não renovação de contratos temporários deixam os trabalhadores sobressaltados. Nem bem iniciou o ano, as empresas se manifestam cortando gastos, entre eles o emprego. O proletariado não poderá se calar diante do desemprego.

Demissões na multinacional Scania

O anúncio das demissões ocorreu no dia 29 de dezembro. Foram 134 trabalhadores que receberam a notificação de que seus contratos não seriam renovados. Conclusão: estavam demitidos.

A multinacional recebeu isenções do governo, a burocracia sindical pediu a contrapartida de manutenção dos postos de trabalho e a empresa respondeu cortando empregos.

As indústrias aproveitam a situação de crise para ajustar a produção e garantir a lucratividade. Faz o jogo: quando caem as vendas, diminuem a produção e demitem; quando aumentam as vendas, contratam com o salário mais baixo. Portanto, procuram tirar proveito em todos os momentos.

Não é hora de indignação, de fazer denúncias ocas e de negociações sem luta. É hora de organizar a resistência. O problema na Scania não é particular. Trata-se da ação coletiva do patronato. A resposta tem de ser também coletiva da classe operária. Ou seja: diante da demissão, paralisação e a ocupação da fábrica.

Montadoras demitiram em dezembro

As montadoras cortaram 669 empregos, sendo 529 nas fábricas automobilísticas e 140 nas de tratores. As empresas demitiam, mas contratavam e o resultado era o de mais contratos do que demissões. Isso deixou de ocorrer nos últimos meses de 2011.

As multinacionais de veículos lucraram como nunca, obtiveram um recorde de produção e venda de carros. Venderam no Brasil 3,63 milhões de unidades. Rios de dinheiro foram para os cofres das montadoras. Reclamam que a elevação do IPI para os importados de fora do Mercosul e do México não permite recuperar o mercado perdido para os importados. Certamente, exigem do governo brasileiro maior controle sobre o mercado nacional.

A estimativa apresentada pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) é de que em

2012 as vendas crescerão em torno de 4%, mas será de apenas 1,1% na produção. O que significa dizer que terão de demitir.

Está aí por que dizemos que as demissões tenderão a aumentar, dependendo do ritmo e do aprofundamento da crise mundial.

Fechamento da fábrica têxtil Itatiba

Começou o facão nas fábricas têxteis. A Têxtil Itatiba, localizada no interior de São Paulo, demitiu 208 operários. Disse que fechará a fábrica, demitindo os 380 operários restantes. Alegou problemas financeiros provocados pela concorrência dos produtos chineses. Anunciou que será transferida para Pedro Leopoldo, em Minas Gerais.

O grupo Franco Matos, proprietário da fábrica, fez a proposta de pagamento dos direitos trabalhistas em 24 parcelas. A direção do sindicato fez o acordo de redução das parcelas para 12. Uma traição descarada. Aceitou as demissões e o pagamento parcelado do que é direito de todo trabalhador.

Os operários ficaram indignados com a negociação feita pelo sindicato. Houve denúncia de trabalhador que está a mais de um ano na fábrica, que recebe os míseros R\$ 900,00 e que os R\$ 2.000,00 que teriam como direitos a receber serão fatiados em 12 vezes. A falta de organização no local de trabalho e a conduta dos vendidos dirigentes do sindicato favoreceram os capitalistas da tecelagem Itatiba.

Certamente, o setor têxtil será duramente golpeado pela crise. As demissões virão. E a resposta dos operários terá de ser a unidade grevista para enfrentar o fechamento e as demissões nas fábricas.

Operários da AmBev estão apavorados

Os boatos dentro da Companhia de Bebidas das Américas (AmBev), em Jacaré (SP) são de que a empresa tem um plano de demissões para esse início de ano. A fábrica contratou cerca de 200 operários, no final do ano passado, e os rumores são de que demitirá os antigos e ficará com essa parcela nova, que tem

salários menores. Também há indícios de que demitirá os que foram linha de frente da greve ocorrida em setembro. Tudo indica que os cortes estão por vir.

O sindicato realizou assembleias com o intuito de alertar os trabalhadores. A organização e a mobilização na fábrica têm de ser permanente. O milionário grupo AmBev não pode ficar de mãos livres para impor o plano de cortes. Só recuará se sentir que há um grande movimento grevista sendo gestado. Portan-

to, a unidade dos trabalhadores e a ação coletiva são essenciais para garantir os empregos.

A AmBev é uma das maiores empresas do mundo. Impõe uma brutal exploração do trabalho, utiliza o Banco Horas para não pagar as horas-extras e usam as advertências para aterro- rizar os operários.

A luta contra as demissões deve ser somada ao combate à exploração e à violência patronal.

A luta contra a Usina Belo Monte, a defesa da natureza e a defesa da autodeterminação dos povos

No dia 17 de dezembro, ocorreram manifestações em São Paulo e em mais outras quatro cidades (Curitiba, Rio de Janeiro, Campinas e Belém) contra a construção da Hidrelétrica Belo Monte. Participaram desses atos organizações e movimentos sociais ligados às populações atingidas.

Em São Paulo, a manifestação com quase 700 pessoas, partiu do MASP e, em marcha, seguiu até a Praça da República. O POR participou, distribuindo o panfleto que colocava a denúncia de que se trata de uma obra antipopular e cujo objetivo imediato é ajudar o capital industrial e financeiro, destruindo a floresta e os locais onde vivem os povos nativos.

A manifestação demonstrou que não existe uma organização por parte dos sindicatos contra a construção dessa hidrelétrica, como de outras obras que compõem o PAC. Os sindicatos estão estatizados e, assim, se calam diante do problema. Portanto, não podem se confrontar com o governo petista, que tem levado à frente essa política de favorecimento às empreiteiras e às multinacionais.

Com o silêncio dos organismos de massa, a propaganda

oficial corre solta, difundindo entre a população os “benefícios” que tais construções trarão ao Brasil. A ausência da política proletária nesses movimentos acaba inviabilizando a luta contra essas megaconstruções. Sem chegar à classe operária essa denúncia, sem que se transforme em bandeira de luta, a crítica à subserviência do governo Dilma\PT aos monopólios imperialistas não será suficiente para reverter a situação de destruição da natureza, dos povos atingidos e de entrega das riquezas nacionais.

Entrelaça-se o problema dessas construções com a recente aprovação da mudança no Código Florestal Brasileiro, que vira instrumento facilitador para expansão desenfreada do agronegócio nas regiões de floresta.

Outras obras antipopulares estão presentes, como a transposição do rio São Francisco e a construção das barragens. Se construídas, as barragens no rio Xingu e desviado seu leito do curso natural, enormes áreas ficarão submersas, provocando a destruição de ecossistemas, além do genocídio de populações inteiras do território amazônico brasileiro. O represamento do rio, cujo espelho d'água calcula-se atingir 516 Km² de extensão, inun- dará 51.600 hectares de floresta, onde exis- tem os moradores ribeirinhos e indígenas, e deixará submerso um terço da cidade de Altamira-PA.

A sobrevivência dos povos do Xingu está ameaçada pela convivência do governo Dilma\PT com as multinacionais, eviden- ciando o agravamento da crise estrutural do capitalismo, sendo a obra da usina de Belo Monte o pano de fundo para o repas- se de dinheiro público injetado através do BNDS.

O POR apoia os movimentos de luta contra a Belo Monte, contra a entrega do território nacional ao capital estrangeiro e se coloca ao lado das populações atingidas. Mas destaca que o problema da destruição da natureza e da autodeterminação dos povos só poderá ser resolvido pelo progra- ma da classe operária.

Adquira com o distribuidor deste jornal:

Ocupações e greve dos estudantes da USP pelo Fora PM e Fim dos Processos



Uma luta em defesa da autonomia universitária e do ensino público

Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

A Frente de Esquerda e dos Trabalhadores nas eleições argentinas



Partido Operário Revolucionário **4 MASSAS**

PSDB arregimenta sindicalistas

O PT convenceu o PSDB que o controle de centrais e sindicatos vale muito nas eleições. A lição se deu por meio dos fatos. A burocracia sindical se mostrou capaz de arregimentar parcelas da classe operária e dos demais explorados a apoiarem candidatos do PT e dos partidos que compõem a sua base governamental, como PMDB, PDT, PSB e PCdoB.

A manipulação dos oprimidos nas disputas interburguesa em torno do poder do Estado mostra a dramática ausência de um partido revolucionário capaz de guiá-los pelo caminho seguro da independência diante da burguesia. Essa é a chave da questão.

O petismo se configurou como uma variante da política patronal a partir dos sindicatos e com a constituição de uma nova casta de sindicalistas. Os impasses dos partidos burgueses que se reestruturaram ou se formaram após o fim da ditadura militar permitiram a ascensão do PT, encabeçado pelo caudilho Luiz Ignácio Lula da Silva. A tese dos reformistas e sindicalistas era a de formar um partido de base popular, que preenchesse um espaço aberto na democracia burguesa.

A aliança governamental do PSDB com o PMDB e PFL (hoje, DEM) havia se esgotada diante da crise econômica do período 1980 a 2000, das dificuldades das massas e das medidas pró-imperialistas. Estavam dadas as condições para se constituir um governo burguês de arregimentação da classe operária, dos camponeses, de parte da classe média e de camadas famintas dos centros urbanos centralizado no caudilho Lula. Para esse movimento, confluíram a maior parte dos sindicatos, o MST e, finalmente, todas as centrais sindicais que foram se formando.

O PSDB e DEM que permaneceram na oposição chegaram à conclusão que é preciso comprar sindicalistas. O presidente do Sindicato da Construção Civil de São Paulo, Antonio de Souza Ramalho, recebeu do governador Geral Alckmin e do presidente do PSDB, Sérgio Guerra, a incumbência de realizar um congresso sindical para março de 2012. O burocrata que também é vice-presidente da Força Sindical obteve meios para “montar núcleos regionais” nos 27 estados brasileiros, sendo que 20 já estão prontos, segundo o Estado de São Paulo.

Rui Guerra se mostra satisfeito com os resultados, pois o PSDB havia fracassado em alcançar esse objetivo porque a tarefa foi dada a parlamentares e não a sindicalistas.

O novo PSD, surgido do DEM, sob o comando do prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, começou sua estruturação atraindo a União Geral dos Trabalhadores (UGT). O seu presidente, Ricardo Patah, avalia que o PSD lançará nas eleições municipais mais de 90 candidatos sindicalistas. O PSDB contabiliza cerca de 200. É possível que mais

de 300 burocratas participem nas eleições na legenda do PSDB e DEM. Somados aos do PT, PDT, PSB e PCdoB a conta fica bem mais alta.

A ordem dos caciques do PSDB é incorporar sindicalistas de todas as centrais. Antônio Ramalho está contente pelo fato de contar com burocratas até da CUT. A Força Sindical que tem como presidente Paulo Pereira recebe a maior influência do PDT, portanto doravante será disputada com maior impacto pelo PSDB.

O Congresso Nacional conta atualmente com 80 deputados e 7 senadores provenientes do sindicalismo. Esse número vem aumentando, em 2007 somava 60 parlamentares.

O PT serviu de canal político para o carreirismo dos burocratas que se dizem necessários para “representar” os trabalhadores. Não é novidade que sindicalistas se metam fundo na política burguesa, servam a partidos e governos da classe capitalista. Mencionemos apenas o partido criado por Getúlio Vargas, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), hoje completamente degenerado. Sob a bandeira do nacionalismo, a maior parte dos sindicatos foi arrastada pelo varguismo. Mas nunca se chegou ao grau de estatização dos sindicatos como agora e de corrupção das camarilhas que controlam a vida sindical.

O sindicalismo cutista, forcista, etc. se baseiam na grande indústria e essa se encontra sob o controle das multinacionais. Está aí por que sua política de conciliação de classe não é de cunho nacionalista, mas sim pró-imperialista.

Não há dúvida que o proletariado tem um penoso caminho a percorrer em sua tarefa de conquistar a independência política diante dos partidos burgueses e do Estado capitalista. A militância marxista e a vanguarda dos explorados que se destacam nas lutas tem a tarefa de combater a burocracia pró-burguesa e pró-imperialista. Os interesses materiais da casta burocrática e sua assimilação da ideologia da classe dominante são tão amplos que vicejam o autoritarismo e o gagsterismo nos sindicatos e centrais.

O programa da democracia e independência sindicais deve ser firme e sistematicamente defendido no seio dos explorados. É preciso com as bandeiras, ações de massa e com a propaganda revolucionária desmascarar os falsos “representantes dos trabalhadores”, derrotá-los e expulsá-los dos sindicatos como traidores.

O objetivo histórico se concentra no trabalho de construção do partido revolucionário. Com a estratégia da revolução proletária, com as reivindicações, com o método da ação direta e com uma disciplinada organização, o POR tem condições de se desenvolver como instrumento de emancipação dos explorados.

Balanço da greve da PM do Ceará:

O Movimento Ceará Vermelho e a vitória sobre o governo antipopular de Cid Gomes

O 'Movimento Ceará Vermelho', desencadeado pela campanha salarial 2012-2014, dos policiais estaduais encerrou-se no dia 04/01, após 07 dias de paralisações, com uma vitória sobre o arrogante governo Cid Gomes (PSB/PT). A greve da PM adquiriu proporções tais que provou uma crise política no seio do governo, com a exoneração de oficiais e ataques da imprensa à letargia do executivo. O governo Cid, desmoralizado por perder o controle da situação, acossado pela Fecomércio e por uma burguesia apavorada com o impasse, mergulhou no silêncio e evitou pronunciar-se publicamente. O apoio massivo dos sindicatos e estudantes à PM levou alguns setores a ensaiar um movimento sob a bandeira eleitoreira do 'Fora Cid'.

A greve da PM e Bombeiros, convocada pelas associações de soldados e cabos, tinha por pauta a reivindicação de 80% de reajuste salarial até 2014, redução da jornada de 46h para 40h, aumento dos efetivos da tropa, vale alimentação de R\$ 10,00/dia (antes era R\$ 6,50); anistia para os participantes da greve atual e para 40 PMs, punidos no começo da campanha salarial por realizarem um movimento de rua contra Cid, e reformulação do código de ética da PM como meio de reduzir o assédio moral por parte dos oficiais.

O dia 29 foi desencadeado numa assembléia da PM no ginásio da Parangaba. No dia seguinte, pelo menos 1000 homens já haviam aderido e 130 viaturas estavam paradas. No dia 31, em meio ao réveillon, a greve já atingia 3000 soldados em todo o estado. Nos dias 02 e 03, a greve atingia seu apogeu com adesão de mais de 10 mil dos 14 mil homens da PM e bombeiros. Além da adesão das cidades importantes do interior (Juazeiro do Norte, Crato, Sobral, Quixadá, Iguatu, Crateús, etc.), 90% da tropa se aquartelava em várias partes do estado. O governo exigiu punição imediata e exemplar a todos os amotinados e se recusou a negociar. No mesmo dia 02, a desembargadora Sêrgia Miranda (TJCE), uma das muitas magistradas vendidas à oligarquia dos Ferreira Gomes, taxou a greve de ilegal (com multa de R\$ 500 por dia para cada policial e R\$15 mil para as Associações) e a reintegração do prédio da 6ª companhia do 5º batalhão ocupado pela tropa e familiares. Cid pediu a intervenção da Força nacional de Segurança e conseguiu a disposição de 2000 homens do exército que passou a patrulhar as ruas. Após o fracasso da tentativa de retomada do quartel do Antonio Bezerra (QG do movimento) e o pânico se espalhar pelas ruas, com o fechamento maciço do comércio, bancos, terminais de ônibus, escolas e repartições públicas, o governo se dobrou e atendeu às reivindicações dos grevistas no dia 04, pondo fim a paralisação.

Como explicar vitória da PM/Bombeiros?

As razões para o triunfo da polícia não são difíceis de entender.

Em primeiro lugar temos a miséria salarial acumulada ao



longo de anos (o salário da PM era até então o mais baixo do Nordeste), a perseguição, o assédio moral e a superexploração do trabalho que criaram um sentimento de revolta reprimida em toda a polícia e bombeiros. Em outras palavras, o capitalismo agonizante não tem como manter alimentada nem mesmo sua corporação armada, cuja função é justamente de reprimir as massas e proteger a grande propriedade burguesa.

Em segundo lugar, há presença de jovens quadros da polícia que ingressaram com a criação do programa Ronda do Quarteirão, apresentado como vitrine da política de segurança pública do governador. Estes jovens policiais, geralmente de nível superior, renovaram, de alto a abaixo, as fileiras da corporação e lideraram a sublevação em cada companhia e batalhão do estado.

A firmeza diante da intervenção do corpo de elite federal e do exército foi decisiva. A tremenda força do movimento de rua ganhou a adesão, inclusive, das unidades mais reacionárias como o GATE, o RAI0 e o Batalhão de Choque. O governo se viu diante de um dos braços armados do Estado disposto a enfrentá-lo.

Os limites das direções do movimento

A greve da PM e bombeiros foi dirigida por três associações: Aspramece (de Pedro Queiroz), ACSMCE (de Sabino); Aprossec (do Dep. Capitão Wagner, hoje na mira da comissão de ética da Assembléia Legislativa). A despeito do enorme prestígio de que desfrutavam as três Associações, não apostavam na força da greve. Mesmo após ela ganhar a formidável amplitude (esse movimento não tem precedente na história do Ceará), a burocracia das Associações teve medo de uma ruptura com o governo. Isso porque a força do movimento esteve, desde o começo, não na sua direção, mas na radicalidade da tropa e seus familiares. A alavanca fundamental da luta, a assembléia da tropa, rechaçava qualquer titubeio ou proposta rebaixada. O que se pôde presenciar no dia 02/01 quando, após negociações com o Ministério Público e o Exército, as associações aceitaram a proposta de suspender o movimento em troca apenas da anistia para todos, sem atendimento de nenhuma reivindicação. A posição de capitulação foi rejeitada por unanimidade na assembléia. A intransigência total da tropa - sua disposição era de resistir com as armas (no dia 02, armaram-se com pistolas ponto 40, armas de cano longo, coletes na expectativa de invasão do exército) - é que possibilitou a vitória.

O erro das correntes ditas de esquerda na greve

A greve da PM/Bombeiros obrigou as correntes de esquerda a exporem posições.

O PSTU e PSOL apresentaram a bandeira de "Todo apoio à greve dos policiais e bombeiros militares do Ceará! Pelo ime-

diato atendimento de suas reivindicações!” O apoio irrestrito à greve e a defesa integral das reivindicações do movimento os colocou numa posição de defesa da corporação e de seu fortalecimento. O PSTU, particularmente, caracterizou os soldados como trabalhadores, obscurecendo que a PM é um do aparelho repressor a serviço da ditadura de classe da burguesia.

A União Popular Anarquista (UNIPA) manifestou uma posição reacionária, ao levantar a bandeira de “nenhum apoio à greve policial”. Colocou-se, portanto, ao lado do governo e da intervenção federal, ou seja, pela estabilidade do aparelho de Estado.

O POR apoiou a greve rechaçando as reivindicações de aumento do contingente militar, ou outras que pudessem ganhar relevo como melhor armamento, mais viaturas, melhorias nas unidades militares, etc. Ao mesmo tempo levantou as reivindicações democráticas de direito de sindicalização e greve, elei-

ção dos comandantes pela tropa com revogabilidade de mandato e fim de todas as punições e perseguições.

Os marxistas defendem o direito dos policiais se amotinarem contra os governos que lhes impõem as más condições de existência. As suas reivindicações democráticas e salariais se chocam com o Estado. A repressão sofrida, como a ocorrida pelos bombeiros na greve do Rio de Janeiro, politiza e desintegra o aparato repressivo. O problema fundamental está em que sem a presença do partido revolucionário não é possível colocar uma parcela sob a política militar do proletariado. O POR apoia o levante armado dos policiais contra a miséria de suas famílias e lança para o movimento bandeiras contrárias a toda forma de opressão. Em nenhum momento deixa de dizer que os policiais cumprem o papel de carrascos dos explorados e que devem voltar suas armas para a burguesia.

Londrina: sindicato se veste de herói e comemora adiamento das demissões

Desde 2006, com a implantação das catracas eletrônicas e o acordo do então prefeito Nedson (PT) com o sindicato dos trabalhadores (SINTTROL) aceitando a extinção dos cobradores, o emprego de cerca de 500 trabalhadores está ameaçado. O ano de 2011 foi escancarada e autorizada a demissão destes pelo Prefeito Barbosa (PDT), com a justificativa que os motoristas podem trabalhar sozinhos. O prefeito até justificou a impossibilidade dele interferir, pois o prefeito anterior já havia assinado o acordo e nada mais poderia ser feito.

Para camuflar a notícia das demissões a empresa prometia que os trabalhadores seriam remanejados para outros cargos, e não haveria demissões. Uma semana depois colocou 4 cobradores no olho da rua. A colaboração do sindicato com a empresa e a prefeitura é antiga e quem paga o ‘pato’ são os trabalhadores e os usuários do transporte com demissão/exploração e custos abusivos na passagem. Além disso, a prefeitura ainda subsidia com 7 milhões anuais as empresas que exploram o transporte.

O presidente do SINTTROL, João Batista, disse em matéria do Jornal de Londrina em 2009 que a demissão de cobradores era inevitável e que era a única forma de não colocar a empresa em desequilíbrio financeiro.

Pressionado pela base, o sindicato chamou assembleias em 2011. Os trabalhadores foram claros: votaram contra o fim do cargo de cobrador e apresentaram formas de resistir ao facão: passeatas, paralisações e greve. Mas, diante das demissões o burocrata nada fez a não ser ilusionar os trabalhadores com a ideia de que uma disputa judicial poderia garantir os empregos.

Qual foi o resultado disso? O juiz Manoel Vinícius de Oliveira Branco, da 5ª Vara do Trabalho de Londrina negou o pedido de liminar do SINTTROL devido ao fato do **acordo coletivo dos trabalhadores da categoria já garantir a manutenção do cobrador até o dia 31 de dezembro de 2012** (cláusula 10ª do CCT 2011/2012). E agora o sindicato ‘canta vitória’ pelo adiamento das demissões, mas não se apresenta na defesa para evitá-la com luta séria.

Vereadores aproveitam para fazer demagogia com o emprego alheio

Em 2011 na câmara municipal, o tema das demissões foi eleitoralmente utilizado. Aproveitando a comoção criada pela iminência do facão, os vereadores aprovaram o projeto de lei que exige cobrador nos ônibus dentro do horário das 5h às 19h. Mas, aprovaram já sabendo que não seria sancionada, pois o Prefeito iria vetar por “vício de iniciativa”. De fato, este já anunciou que irá interromper o projeto, pois a lei não poderia ser proposta pelo legislativo. Tudo não passou de uma encenação eleitoral de destes políticos a serviço da burguesia.

O Comitê pelo passe livre redução da tarifa e estatização do transporte coletivo em Londrina, interveio ativamente contra todas essas manobras, direcionando para a organização e mobilização dos trabalhadores contra as demissões. Durante todo o ano se realizaram passeatas, atos dentro e fora dos terminais, distribuição de jornais e abaixo assinado em defesa do emprego. Os trabalhadores reconhecem o trabalho do comitê e denunciam o abandono da luta por parte do sindicato. Motoristas e cobradores reclamam das péssimas condições de trabalho que provoca doenças e stress. Demissões já estão ocorrendo; os trabalhadores se demitindo devido à pressão e apontam que é impossível trabalhar sem cobrador. A própria empresa diz a eles que estão construindo micro terminais como parte do planejamento para facilitar o funcionamento do sistema sem cobradores. O terrorismo é grande e muitos abertamente já aborrecidos dizem: “o jojo do sindicato é fazer cena”.

A luta de 2011 foi importante, mas, em 2012 está colocada a tarefa dos trabalhadores retomarem seu instrumento de luta (o sindicato) - que está nas mãos de uma direção pró-patronal, pois os capitalistas estão sedentos para arrebentar a resistência que impediu as demissões.

Do mesmo modo, a população trabalhadora que se solidarizou com os motoristas e cobradores deve também se organizar para enfrentar os problemas do desemprego, dos salários e recorte dos serviços sociais com que o Estado burguês ataca a classe operária e demais trabalhadores. Mais do que nunca a bandeira de salário mínimo vital e escala móvel de horas de trabalho deve estar a frente das mobilizações contra as demissões, pelo passe livre, redução da tarifa e estatização do transporte.

Encontro Operário

Em dezembro, foi realizado o Encontro Operário. Avaliou-se o Boletim Nossa Classe, distribuído no início do mês. Discutiu-se a ação dos bate-paus do sindicato contra a distribuição do boletim na porta da montadora Mercedes Benz. E debateu-se o texto que segue abaixo.

Burocracia pressente o perigo da crise

No dia 13 de dezembro, a diretoria do Sindicato Metalúrgico do ABC, acompanhada da Federação Metalúrgica da CUT, realizou a “assembleia” de fim de ano na Mercedes Benz, em São Bernardo do Campo. O seu presidente, Sérgio Nobre, a fechou com um discurso de auto-elogio e de bons desejos para os operários. Não houve palmas. Uma parcela dos presentes ficou recuada do carro de som. Tudo indica que entenderam que a iniciativa do sindicato não passava de palavreado. De fato, assim se passou.

Mas Sérgio Nobre foi obrigado a dizer aos metalúrgicos que a crise estava chegando ao Brasil. Disse que não se poderia mais esperar o crescimento de 4,5% e que seria de 3%. Elogiou o governo por estar fazendo o possível para manter o crescimento. Deu como exemplo a elevação do Imposto sobre Produtos Importados (IPI) sobre os carros importados como uma das medidas para proteger os empregos. Lamentou, no entanto, que a Justiça houvesse acatado a liminar dos importadores contrária à taxação. Ressaltou que cerca de um milhão de veículos entraram no Brasil. Assim, a importação põe em risco os empregos internos. Concluiu que esse é um dos problemas que os metalúrgicos enfrentarão em 2012.

O presidente do sindicato fez um breve balanço das iniciativas do sindicato nesse ano que acaba. Os operários da Mercedes alcançaram a marca de produtividade da empresa (78.532 veículos) e assim obtiveram uma boa Participação nos Lucros e Resultados (PLR). Há um problema a ser resolvido: evitar que o governo faça o desconto de imposto de renda sobre esse ganho. Ele, Sérgio Nobre, conversaria com o governo para obter a isenção sobre a PLR. Para isso, frisou que foi importante a manifestação na Anchieta, reunindo as grandes fábricas, como a Mercedes e Volkswagen. Procurou convencer os operários que a PLR é uma grande conquista das categorias mais fortes, como metalúrgicos, petroleiros, químicos e bancários. Mostrou que a maioria da classe operária não recebe a PLR e que aqueles que recebem não atingem um valor tão alto como os dos trabalhadores das montadoras, como era o caso da Mercedes Benz. Com essas distinções, Nobre quis dizer que o sindicato era responsável politicamente por esse desempenho e que os operários, por sua vez, também o eram pelo fato de conseguirem cumprir as metas de produtividade das empresas.

Os burocratas, do alto do carro de som, discursaram em favor da produtividade, portanto, do lucro das multinacionais. Quem não sabe que o aumento do ritmo do trabalho e da produção diminui a possibilidade de aumento da contratação da mão de obra?

Nobre concluiu o balanço com a avaliação que o ano de 2011 foi positivo para os metalúrgicos do ABC que conseguiram fechar na campanha salarial um acordo para 2 anos. Garantiu que nas condições de crise o acordo desse ano que finda será bom para o

ano que entra. Deu a entender que os metalúrgicos estão protegidos por mais um ano e que assim deveriam ficar tranquilos.

Nobre teve de voltar ao tema da crise para fechar o discurso. Referiu-se à queda nas vendas e à retração industrial. Exemplificou o caso da Scania que transformou o mês de janeiro em férias coletivas. Deixou transparecer a possibilidade de demissões. Mas diante disso ali estava o sindicato para responder. E afinal de contas o Brasil estava melhor que a Europa, que enfrenta uma alta taxa de desemprego. O governo brasileiro também estava preparado para não permitir que a crise avance no País.

Chamou a atenção para o fato de que faltava no Brasil uma garantia ao operário quando a produção fosse reduzida e as empresas fossem obrigadas a reduzir a mão de obra. Contou que na Alemanha existe um fundo de prevenção à crise que assegura um afastamento da mão de obra excedente com vencimentos até por dois anos. E que ele, como presidente do sindicato, havia conversado com a diretoria da Mercedes sobre a garantia de emprego. Tudo isso foi exposto de maneira geral. Não detalhou se o fundo dava garantia a todos assalariados da indústria, ou se era apenas para os metalúrgicos, não disse qual era o salário recebido pelo trabalhador afastado.

O discurso do burocrata foi para causar boa impressão de quem conhece o assunto e de quem tem boa relação com os empresários e o governo. Na “assembleia”, no entanto, transpareceu o temor do que pode ocorrer assim que se acentuar a queda das vendas de veículos. Tornar-se-á mais difícil manter a política de colaboração de classe, que favorece a exploração capitalista e mantém o proletariado inerte.

Não lutar, conciliar

O balanço do sindicato tem por essência a demonstração de que a conciliação dispensa a organização do movimento operário para a luta. Eis o ponto: a PLR e o acordo do dissídio para dois anos saíram da mesa de negociação com as montadoras.

No primeiro caso, os operários deram o sangue para atingir a meta das multinacionais, portanto, criaram um enorme valor e deram um portentoso lucro para os capitalistas, e os exploradores, em contrapartida, concederam um percentual que, se comparado com o valor e o lucro, não passam de esmolas. Mas a PLR além de servir para aumentar a produtividade permite ao patronato não incorporá-la ao salário, portanto, não conta para aposentadoria, 13º salário, etc. Dribla as perdas salariais da última década. O imposto de renda, se mantido, arrancará parte do salário. O governo poderá fazer concessão, de maneira a manter o poder da burocracia sobre o sindicato. A burocracia não se verá pressionada pelos explorados a defender fim de todo imposto e toda contribuição dos assalariados e dos pequenos produtores, e que pague apenas o grande capital.

No segundo caso, o acordo por dois anos liquida a possibilidade dos metalúrgicos se organizarem para arrancar do patronato suas reivindicações. E as multinacionais o usarão para

pressionar o governo de Dilma para que mantenha os subsídios tributários. Recordemos que o pequeno aumento salarial foi concedido mediante concessões do governo federal às montadoras. Sem que o IPI fosse reduzido, a burocracia, não teria como negociar o pequeno percentual acima da inflação como uma saída “negociada” com a patronal.

Observamos que os burocratas do PT usam o sindicato para fazer a política do governo e das multinacionais. Sem luta e sem conquistas arrancadas no combate, a classe operária não se organiza, não desenvolve a unidade classista, não desperta o sentimento de solidariedade entre os explorados, não rompe as cadeias de dominação e não ganha independência política.

As esmolas das multinacionais ao setor mais avançado da classe operária – por estar concentrada em gigantescas fábricas – permite à burocracia se apresentar como responsável pelas “conquistas”. Na realidade, os vendidos usam o sindicato para aceitar o regime de exploração impostos pelas multinacionais.

Segundo a política burguesa

A burocracia procurou despertar um nacionalismo imbecil nos operários. Relatou que nos Estados Unidos o governo faz campanha com a bandeira de “comprem produtos norte-americanos”. O mesmo deveria se passar no Brasil – “comprem produtos brasileiros”. O sindicato, portanto, se coloca à disposição para defender o mercado interno.

Essa é a via, segundo a burocracia, para manter os empregos. Ao invés de importar, deve-se produzir no País, desenvolver pesquisas, tecnologia e realizar investimentos na produção nacional. Esse nacionalismo é imbecil porque expressa os interesses e a disputa de mercado pelas multinacionais.

Nobre estava preocupado em preservar a reserva de mercado das montadoras, como a Mercedes, Volkswagen, Ford, etc, contra a importação de carros chineses, que chegam ao Brasil com preços muito mais baratos que os das multinacionais que controlam o mercado interno. Certamente, isso se passa com uma grande quantidade de mercadorias de outros ramos da produção.

A crise se caracteriza pela manifestação da superprodução mundial, das tendências recessivas e da queda média da taxa de lucro do capital. Inevitavelmente, desencadeia a guerra comercial. A suposta integração e cooperação entre nações dá lugar à real relação de disputas interimperialistas, ou seja, de concorrência entre as potências pelo controle de seus mercados cativos e abertura de outros; e a real relação de opressão das potências sobre a imensa maioria de países de capitalismo atrasado e semicolonial.

Nesse exato momento, os Estados Unidos, Alemanha, França, Japão, etc. (o G-7) querem que suas semicolônias acatem um congelamento de tarifas de importação.

Nota-se que o “nacionalismo” da burocracia cutista é pró-multinacionais, as quais se mascaram com o rótulo de indústria nacional. Nobre não mostra que se a China ou qualquer outro país também fechar suas importações do Brasil provocará aqui enorme desemprego. O nacionalismo imbecil e pró-multinacional imagina que garantirá os empregos recorrendo aos mecanismos da economia capitalista que se encontra submetida à crise estrutural. O mercado interno brasileiro é um barquinho no mar revolto da economia mundial. As multinacionais usam a buro-

cracia para manterem seus mercados rigidamente controlados; e não para garantir empregos aos seus escravos modernos.

Esse tem sido, sem dúvida, o conteúdo do apoio da burocracia à campanha burguesa da FIESP e CNI contra a tal da “desindustrialização”. A burocracia sindical cutista (PT), forcionista (PDT), cetebista (PCdoB) se adaptaram a tal ponto ao controle das multinacionais aos ramos fundamentais da produção que passaram a servir de máscara ao capital imperialista cobrindo-o com a bandeira de “indústria nacional”.

O protecionismo em questão, como se vê, não representa a defesa da indústria nacional, portanto, a do controle da burguesia brasileira sobre a produção ameaçada pela invasão multinacional. Esse tipo de manifestação do nacionalismo burguês não ocorre e é bem provável que não venha a ocorrer dada interpenetração do grande capital nacional com o capital imperialista. Não há, portanto, um choque entre a burguesia nacional e os saqueadores externos, que pudesse justificar uma frente circunstancial com a intervenção do proletariado contra a invasão imperialista.

O governo petista/peemedebista está voltado a proteger os interesses das multinacionais. Essa posição expressa o enorme peso do capital estrangeiro na economia interna e o alto grau de condicionamentos externos.

Enfrentar a crise com a política proletária

O problema fundamental se encontra no fato da classe operária se encontrar submetida à política da burocracia, que é burguesa e pró-imperialista. A ausência de um partido revolucionário organizado no seio do proletariado e dos demais oprimidos dificulta a luta pela ruptura dos explorados com os grilhões da política burguesa. No entanto, o movimento histórico da classe operária internacional e as experiências da classe operária no Brasil sobrevivem no Programa de defesa da força de trabalho e da revolução social.

Algumas tarefas têm sido colocadas: 1) Combater a política de colaboração da burocracia sindical; 2) Rechaçar as manobras da burguesia, do governo e da burocracia em torno do protecionismo e da suposta defesa da indústria nacional; 3) Combater pela desestatização dos sindicatos e das centrais; 4) Enfrentar o autoritarismo e o gangsterismo sindical com a bandeira da democracia operária e independência política dos explorados frente aos exploradores; 5) Propagandear e agitar as reivindicações transitórias que unem a classe operária e a maioria oprimida contra as medidas do governo e da burguesia entreguista; 6) Expor a partir da experiência dos explorados a estratégia da revolução e ditadura proletária.

As reivindicações do Programa de Transição da IV Internacional, como *a Escala Móvel das Horas de Trabalho, a Escala Móvel de Reajuste Salarial, o Salário Mínimo Vital e Controle Operário da Produção*, correspondem à situação de desintegração do capitalismo e de avanço da barbárie social. Há que se observar as reivindicações que nascem das necessidades imediatas das massas, que servem para mobilizá-las, unificá-las e organizá-las. As reivindicações elementares e parciais que vêm das circunstâncias da luta de classe podem levar o proletariado a confluir com as reivindicações transitórias e com a estratégia da revolução proletária, caso o partido se desenvolva como direção programática no seio dos explorados.

Alckmin golpeia o magistério com a conivência da burocracia sindical

Responder com a força coletiva da classe nas ruas

A burocracia da APEOESP considera as derrotas sofridas ao longo de 2011 como vitórias. Aferra-se a pequenas manobras para sustentar que se tratou de mais um ano vitorioso para a categoria.

A mentira tornou-se mais grotesca quanto mais se aproximou de dezembro. Algumas medidas anunciadas ao longo do ano tomaram forma de leis e resoluções, perpetuando a precarização e retirando os direitos.

Em 14 de dezembro, o governo conseguiu aprovar dois projetos de Lei (71 e 72), que modificavam a lei de contratação dos docentes e instituiu o regime de dedicação exclusiva (em 16 escolas), respectivamente. Os dois projetos, transformados agora em lei, mantêm a situação de precarização dos contratados e institui maior centralização burocrática sobre o trabalho docente. Os novos contratos, instituídos pela lei 1093/2009, agora aparecem no discurso do governo e da burocracia como permanentes. A luta para derrotar a precarização dos contratados, eliminar a lei da quarentena e exigir o fim das provas ficou em segundo plano diante da disputa entre o governo e a bancada petista, que conseguiu diminuir a quarentena de 45 para 40 dias (!). A isso a burocracia chamou de “vitória”, embora em seus documentos tivesse disputado para se chegar a 30 dias a cessação dos contratos. Uma lástima que a direção fale para a categoria que essa medida objetivava permitir que o ano letivo começasse, uma vez que a quarentena anterior (de 200 dias) iria impor o caos à rede.

A burocracia não consegue se apoiar na defesa dos professores e é contraditória com seu próprio discurso, quando, na última assembleia, defendeu que o ano não deveria começar. Não estranha que, diante do parlamento e da imprensa, use o discurso “moderado”, enquanto na assembleia faz demagogia para ganhar tempo e impedir a mobilização.

O fato é que dezenas de milhares de professores contratados amargarão novamente o desemprego, o subemprego (com aulas picadas em várias escolas) e estarão sob o chicote dos diretores que podem cessar os contratos, caso ocorra, por exemplo, duas faltas injustificadas ao longo do ano.

Ao mesmo tempo em que isso ocorria, em fins de dezembro, a burocracia fazia festa porque a nova matriz curricular e a Resolução de atribuição era algo “parecido” com o que almejavam. Não puderam sequer fazer uma crítica às imposições curriculares e aos artigos proibitivos da Resolução de atribuição, porque, de fato, para a burocracia, tanto a matriz aprovada quanto a Resolução estão próximas daquilo pelo qual professavam há anos.

“Agora é a jornada, o resto é passado”

Com o sucesso obtido por meio de uma liminar que garante a aplicação da jornada de 1/3 fora da sala de aula, a burocracia, na reunião da Diretoria de dia 22 de dezembro, escondeu as seguidas derrotas. Entre elas: a promoção por mérito, através de avaliações; a instituição de uma Previdência Complementar, que obriga os servidores que ultrapassarem o teto da aposentadoria a aumentarem a alíquota de contribuição; o congelamento salarial até 2014, com reajustes chegando a zero; a divisão das férias em dois períodos, o que obrigará já em janeiro à volta às escolas para a atribuição das aulas.

A burocracia fez proselitismo jurídico, mostrando como a Justiça

pode estar ao lado dos professores (como no caso da jornada, em que o governo perdeu). A verdade é que ainda não há nenhuma garantia de que Alckmin cumprirá a liminar, obedecendo ao decréscimo de tempo em sala de aula.

Certamente, os burocratas que colaboraram o ano inteiro por meio de reuniões fajutas com a Secretaria da Educação farão o mesmo em 2012. A bandeira de que “o ano não se iniciaria se o governo não atendesse as reivindicações” caiu já por terra. O ano se iniciará nas mesmas condições e até em piores que nos anos anteriores. Faltarão aulas para todos os professores, muitos ficarão subempregados, ou mesmo demitidos. O governo se utiliza do exército de subempregados crônicos para aplicar suas medidas de flexibilização nas relações trabalhistas.

PSTU e PSOL não combatem a política da burocracia

O PSTU e PSOL fizeram corpo mole durante o ano todo. Esboçaram apenas algum enfrentamento no mês de agosto. Depois de setembro, com o discurso de que “a categoria está desgastada”, os centristas e reformistas apoiaram a política da burocracia.

Com essa política, a Oposição à burocracia da Apeoesp não pôde canalizar o descontentamento de uma parcela de professores. Ao contrário, compareceu dividida nas assembleias.

A Corrente Proletária se diferenciou do reformismo e do centrismo, defendendo as reivindicações de emprego a todos, por meio da estabilidade e da escala móvel das horas de trabalho, a reposição das perdas salariais, o fim das provas de mérito e para os Ofas e de todas as medidas de precarização do trabalho e do ensino. Diferenciou, também, diante da farsa montada pelo governo de “reformulação do Plano de Carreira”. Denunciou o seguidismo das correntes em torno dos “pólos” governamentais de discussão do Plano de Carreira.

Assembleia para retomar a luta

Sem a ação dos professores, o governo atuou livremente. Corou o fim do ano, em 30 de dezembro, com uma Resolução de Atribuição mais autoritária do que antes e com a demissão dos professores da categoria O e L. Pior ainda: exige que os professores que receberam uns trocados a mais em dezembro, em função do término do ano letivo antes do final do ano, devolvam o dinheiro. A medida do governo pode parecer que os professores estavam surrupiando dinheiro público. Quem rouba os cofres do Estado são os governantes, os políticos e máfias que controlam os órgãos estatais. A verdade é que os professores trabalharam o ano todo, receberam os salários em atraso e foram demitidos. Portanto, quem deve é o governo.

O ano de 2012 será duro para o magistério: terá de enfrentar o governo nas ruas, para derrubar as leis malditas de precarização do trabalho e arrocho salarial e combater a burocracia traidora.

A Corrente Proletária exige a convocação imediata de assembleia para responder com luta as medidas governamentais. A unidade dos trabalhadores da educação é fundamental. O governo conta com a fragmentação para impor medidas destruidoras da educação pública. Somente a força coletiva e massiva dos mais de 200 mil professores nas ruas poderá derrotar os planos do governo e varrer com a política colaboracionista da burocracia da Apeoesp.

Teresina: integração fajuta. Aumento da passagem e Repressão de verdade!

Os protestos começaram contra o aumento da tarifa em agosto de 2010 quando o prefeito Elmano Férrer aumentou de 1,90 para 2,10. Depois de vários protestos dos estudantes e 3 ônibus queimados, a prefeitura recuou dizendo que iria “estudar” para verificar se o valor estava correto criando uma comissão de discussão. O resultado disso, segundo eles, foi constatar que o valor não era abusivo. O Aumento de 10,5% em relação ao valor anterior era correto, segundo as pesquisas dos burocratas, pois a inflação de maio de 2010 a dezembro de 2011 ficou perto de 9,9%, assim o valor seria justo. Voltou então a ser cobrado no início deste ano, com a novidade da ‘integração’ mentirosa.

O passageiro paga a passagem e depois tem a “vantagem” de andar em outra linha pagando de novo meia passagem (por isso também se justificaria o aumento). O prefeito disse que não será mais ‘humilde’ como foi no ano passado e não recuará na sua decisão de reduzir a tarifa, pois a integração foi uma conquista. O que ele chama de “humildade” é na verdade o reconhecimento de que o ano passado teve que recuar perante o movimento e o “churrasco” dos ônibus.

Como de costume nas férias estudantis o prefeito não esperava que houvesse reação da população. Mas ela não deixou barato. Os estudantes protestaram nas avenidas da cidade contra o aumento, exigindo o passe livre para estudantes e integração de verdade para o resto da população.

No último dia 10, 7º dia de manifestações contra o aumento foi o mais violento. Estudantes foram da Praça do Fripisa até a Avenida Frei Serafim, centro da capital do Piauí. A polícia queria desobstrução da avenida, e sem acordo partiram pra cima dos estudantes. Como houve ainda muita resistência saíram de cena para a o avanço do paredão formado no cruzamento da avenida pela tropa de choque que usando bombas de efeito moral, muitas balas de borracha e cavalaria ‘massacrou’ arrastando os manifestantes que resistiam até o camburão. A covardia foi vista por muita gente que passava pelo local, e, diante de tamanha brutalidade, apoiou as reivindicações do movimento. Segundo o Tenente Coronel Marcio “a tropa de choque fez o uso mínimo da força”. Esse “mínimo de força” corresponde às imagens de massacre conhecidas por todos. Em um portal de notícias da cidade um PM afirma: “A gente acha um desaforo esses

Instudante tudo reclamar da vida, só porque sabe um tiquim mais que nós, fica provocando a gente? Leva borracha mesmo” disse o Sg. Cosme”.

De lá saíram 18 presos. 10 foram liberados no mesmo dia e 8 levados à penitenciária. A mídia burguesa coloca em dúvida que os manifestantes sejam estudantes e mente que a população está contra o movimento. O valor da fiança para amedrontar os militantes foi de 10 salários mínimos. Depois de pagar, todos foram soltos.

PSTU aparelha movimento

Segundo denúncias de militantes do movimento, em vários atos desde o início do ano, o pstu tem aparelhado a luta. Estes militantes, que ficam na linha de frente e apanham da polícia, acusam os morenistas de se apresentarem como grandes organizadores das atividades, mas, decidem encerrar as manifestações para evitar choques. Desviam para a passividade e fogem dos conflitos com a PM, dizem não ser necessário barrar o trânsito, e ainda enquanto havia militantes presos, convidaram todos para comemorar e encerrar as manifestações com atos ‘culturais’, sem mesmo ter avançado nas reivindicações. (mais um *show-micio-“protesto”*, denunciam). Muitos militantes estão percebendo esse movimento oportunista e repetem: “Manifestação, manifestação! Queremos resistência e não filiação!”. Não só os morenistas, mas, também os estalinistas do PCdoB e outros defendem um movimento pacifista e eleitoreiro, organizando ‘comícios’ ao invés de enfrentar nas ruas os PMs.

No dia 10, o dia que a tropa de choque arrastou e prendeu os 18 manifestantes, o PSTU/ANEL chamou o encarceramento das manifestações, porém, os estudantes presentes não aceitaram a proposta e resistiram ao terror das bombas de efeito moral e balas de borracha. É evidente que existe uma contradição com a base radicalizada e as vanguardas políticas. O movimento em Teresina mostra que a revolta espontânea dos estudantes e a população só é revolucionária se levar esta à compreensão de que é necessário a destruição do capitalismo. Limitando, porém, somente ao Passe-Livre, integração das passagens, e redução facilita à ação oportunista dos morenistas e dos estalinistas. Para que as lutas de Teresina não se limitem a um movimento pequeno-burgues de estudantes radicalizados e incorpore os trabalhadores assalariados, é imprescindível que se faça também a defesa do salário mínimo vital, a escala móvel das horas de trabalho e a estatização do transporte público sob controle dos trabalhadores.

Oito estudantes eliminados da USP

Publicamos abaixo trechos do boletim da Corrente Proletária Estudantil

No dia 17/12/2011, o diário oficial publicou o despacho do reitor João Grandino Rodas que anuncia a eliminação de oito estudantes da USP por terem participado do movimento por moradia estudantil que retomou parte do CRUSP que estava sendo utilizada pelas assistentes sociais da COSEAS.

O decreto da ditadura militar

O processo de sindicância está fundamentado nos artigos 248 e 249 do decreto nº 52.906/72, redigido em pleno regime da ditadura militar. Este decreto prevê como infrações “afixar cartazes fora dos locais a eles destinados”, “praticar ato atentatório à moral ou aos bons costumes”, “promover manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares”, dentre outras coisas. A pena de eliminação significa que o condenado (estudante,

funcionário ou professor) não poderá mais ter vínculos com a universidade, mesmo mediante prestação de concurso público.

O movimento estudantil deve avançar com a sua greve e atingir os outros setores da universidade e de fora dela. Não são fatos isolados os que acontecem na USP. Os movimentos sindicais e sociais de maneira geral vêm sendo criminalizados e reprimidos pela classe dominante e seus governos no Brasil e no mundo todo, principalmente agora com o agravamento da crise do capitalismo. Em contrapartida, o Estado faz vista grossa para os crimes da classe burguesa que a todo o momento aparecem nas mídias como a ponta de um gigantesco iceberg. A exemplo do que a juventude vem fazendo na Europa, no Chile, no norte da África, a resposta deve ser dada na luta, no campo da ação direta, das manifestações de rua, greves, piquetes e ocupações, porque as leis, os decretos e afins estão contra os lutadores, contra a resolução dos problemas comuns, do atendimento das nossas reivindicações.

Corrupção tomou conta do estado

A corrupção está por todos os lados. No caso de Rondônia, enquanto professores e alunos lutavam numa greve que durou 79 dias contra a corrupção do reitor Januário do Amaral e sua camarilha, da Universidade Federal (UNIR), a polícia federal executou uma operação para “prender” parlamentares do Estado.

Para se esconder de futuras acusações, os politiquinhos e burocratas sindicais procuram organizar marchas pretensamente contra a corrupção. Ação não passa de distração, envolvendo corruptos camuflados.

As denúncias de escândalos da classe burguesa são frequentes, coincidindo com a intensa crise econômica. Por todos os recantos dos serviços públicos, dos Tribunais aos demais aparelhos de sustentação do Estado, diversas quadrilhas se engalfinham para manter o controle do aparato estatal e se aposar dos recursos do Orçamento.

No governo Lula aconteceu o caso do mensalão. Agora, com Dilma, as denúncias de corrupção não param. A queda dos seis ministros em nove meses, acusados de ladroagem, expõem a dimensão da podridão que envolve o governo.

Em Rondônia, não é de agora que os problemas de corrupção têm sido manchete local e nacional. A corrupção não poupou sequer a Universidade Federal. O manejo de recursos públicos pelo reitor e seus comparsas veio à tona com a greve dos professores e estudantes. Foi também nesse momento que explodiu o desvio de milhões, por parte do presidente da assembléia legislativa Valter Araújo/PTB. Fazia parte da corruptela Jean de Oliveira/PSDB, Zequinha Araújo/ PMDB, deputado estadual Saulo Moreira da Silva, a deputada Ana, o deputado Zequinha Araújo/PMDB, o deputado Euclides Maciel, a deputada Epifânia Barbosa/PT e o secretário da saúde José Batista - assessor do governo Confúcio/PMDB. Este último foi

responsável, junto ao ex-governador José Bianco, pela demissão de dez mil servidores públicos do estado.

Nem a prefeitura petista escapa. O prefeito do PT/Roberto Sobrinho, desde o primeiro mandato, vem sendo alvo de denúncias de corrupção. Entre elas, o contrato milionário com a empresa Marquise, que faz a coleta do lixo de Porto Velho, o desvio dos recursos do PAC na construção dos viadutos da capital e a denúncia de empresa do prefeito que presta serviço para a prefeitura.

As chamadas “operações” da polícia são de fachada. Armam um circo e, logo em seguida, todos estão soltos e impunes. As quadrilhas habitam o Estado e vivem dos recursos públicos. Enquanto isso, milhões de miseráveis morrem nos hospitais por falta de atendimento adequado, outros tantos estão condenados à pobreza pelo salário mínimo e milhares de jovens estão sem trabalho e estudo. Nas periferias da capital, faltam desde moradia até o saneamento básico. O transporte coletivo custa muito caro e não serve os bairros mais distantes.

Combater a corrupção com o programa da classe operária

O combate à corrupção e punição dos responsáveis só pode ser feita pelas mãos das massas trabalhadoras por meio de seus instrumentos de luta. Daí a importância da propaganda e agitação em torno da bandeira de Tribunais Populares. Os Tribunais Populares são organismos criados pela luta dos oprimidos. A polícia e a Justiça são parte do Estado, por isso não tem como pôr fim à corrupção.

Como a corrupção é inerente ao sistema capitalista não há como combatê-la senão utilizando o programa da classe operária e seus métodos de luta.

Rondônia

Responder as manobras da diretoria do Sintero Assembleias unitárias para enfrentar os governos

No ano de 2011, os burocratas do sindicato se envolveram com as ações legalistas de “cobrança” das reivindicações. Sequer realizaram assembleias para deliberar sobre o movimento de greve. No segundo semestre, se ocuparam com as eleições do sindicato. Fizaram de tudo para se manterem no aparato sindical, apenas mudaram de cargos.

Em dezembro, a diretoria reboiou para acalmar a revolta dos trabalhadores da educação diante do fato do prefeito petista atrasar os salários. O prefeito atrasou o pagamento de dezembro e o 13º. A assembleia, às vésperas do período de férias, contou com a firmeza da base, que votou pela greve no início do ano letivo, exigindo o cumprimento das reivindicações.



A assembleia deliberou, também, pela reposição salarial de **37,10%**. Os demais itens foram para ludibriar e não para reparar as reais perdas salariais dos servidores municipais, que vêm de prefeitos anteriores. Por fim, decidiu-se que as assembleias ocorrerão antes do início das aulas, para avaliar e deliberar os caminhos do movimento.



Assembleias dos servidores estaduais

Com os servidores estaduais a situação não foi diferente. Os burocratas convocaram assembleias com o intuito de ganhar apoio nas eleições sindicais e amedrontar os antigos professores e funcionários quanto à transposição do quadro de estadual para federal, em função de estarem na rede de ensino na época em que o estado era ainda era território. Uma parcela ficou temerosa e votou pela continuidade dessa diretoria no sindicato.

Rio Grande do Norte

Comitê de Luta em Defesa da Educação Pública

Objetivos do Comitê de Luta

O Comitê de Luta em Defesa da Educação Pública surgiu de uma palestra sobre o Plano Nacional da Educação (PNE- 2011-2020), realizado na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). O Comitê fez parte da Campanha Nacional de luta pelos 10% do PIB para a educação.

Porém, decidimos ter outro nome porque entendemos que o problema da educação não é só de financiamento. O problema central reside no combate ao ensino privado e na defesa da expropriação sem indenização da rede particular. Nesse sentido, o Comitê tem objetivo de defesa da educação pública.

O Comitê realizou a campanha nacional em torno do plebiscito dos 10% do PIB para a educação. O resultado do plebiscito será entregue ao governo federal e ao Congresso Nacional. Entretanto, o comitê avalia que por essa via não se arrancará mais verbas para a educação pública. Os estudantes só poderão defender a educação pública para todos se ganharem as ruas massivamente, por meio da ação direta, e levantar o problema de fim do ensino privado, do ensino a distância por meio da estatização e constituição de um sistema único público, gratuito, científico e vinculado à produção social, controlado por quem estuda e trabalha.

O comitê foi claro em se distinguir das ilusões insufladas pelos estali-

Nas assembleias realizadas em todas as regionais, os trabalhadores em educação discutiram e aprovaram a pauta de reivindicações para 2012, que será entregue ao governador e ao secretário de Educação. Os trabalhadores de base mostraram disposição de enfrentar o governador para conquistar as reivindicações, aprovando o indicativo de paralisação.

Dar um passo à frente

Os trabalhadores em educação aprovaram a pauta de reivindicações para 2012 e o indicativo de paralisação no início do ano letivo. Os estaduais decidiram pela reposição salarial de 35,23%.

Porém, para concretizar essa disposição de luta é preciso:

1. Defender a unidade dos trabalhadores da educação, municipal, estadual e federal;
2. A convocação de assembleias conjuntas e a eleição do comando de mobilização e de negociação, aprovado em assembleia;
3. Realizar uma ampla campanha para que a paralisação seja massiva e ganhe às ruas;
4. Iniciar o trabalho junto aos pais e estudantes;

A burocracia do sindicato fará de tudo para que o movimento não seja de enfrentamento aos governos. Por isso, manobra e manobrá ainda mais no momento em que se iniciar o ano letivo. A materialização das propostas aprovadas nas assembleias dependerá da força do movimento.

A Corrente Proletária da Educação/POR atua no interior desse movimento, denunciando as manobras dos burocratas vendidos e impulsionando as reivindicações vitais da classe, bem como o método da ação direta.

nistas do PCdoB e PT, que controlam a UNE, bem como os centristas do PSTU, que controlam a Anel, de que a tarefa do movimento estudantil é usar o plebiscito para modificar o percentual da educação estipulado no PNE. O comitê expressou a posição defendida tanto no congresso da UNE como Anel de que a defesa de verbas para a educação pública deve estar subordinada à campanha pela expropriação sem indenização do sistema privado da educação e constituição do sistema único público.

Daí a mudança de nome para Comitê de Luta. O que significa um comitê que expressa a luta não só dos estudantes, mas também do conjunto dos explorados.

Conferência Nacional do POR

Nos dias 14 e 15 de janeiro, os delegados de vários estados em que o POR vem se construindo, reunidos em Conferência, na cidade de São Paulo, aprovaram as resoluções Internacional e Nacional, apresentadas pelo Comitê Central. Os textos foram divulgados internamente com três meses de antecedência para que todo o partido os estudasse, analisasse criticamente e apresentasse as posições elaboradas nas células. Como partido leninista, primamos pela formulação coletiva, do Comitê Central às células, destas ao Comitê Central e deste para todo o partido. As capacidades individuais, devido à maior experiência, dedicação e elevação, são resultados do trabalho da militância comunista e se convertem em fortalecimento do processo de elaboração, discussão e posicionamento crítico coletivos.

A construção do partido revolucionário e seu desenvolvimento se baseiam na formação de quadros que exercem todas as capacidades de teóricos, propagandistas, agitadores e organizadores. Notamos que individualmente os militantes mostram mais pendor para este ou aquele aspecto. Aqueles que tendem para a agitação, o partido, por meio das células, deve educá-lo para que transforme a experiência em teoria; aqueles que se mostram tendente à teoria, devem ser educados pela agitação. O agitador sem a teoria não pode encarnar o programa da revolução e se perde em meio às pressões das classes, fatalmente desembocará no reformismo, no economicismo, no sindicalismo. O teorizador sem o trabalho prático não pode absorver a experiência viva do partido, cai no intelectualismo, no diletantismo e acaba renegando o marxismo.

O capitalismo gera constantemente a divisão entre a teoria e a prática, separa os que fazem, de um lado, e os que pensam, de outro. Aqueles que fazem são colocados na condição de serviçais e os que pensam, de difusores da ideologia dominante e de mantenedores da cadeia de comando da classe capitalista. No partido leninista, há uma luta constante para que todas as capacidades que envolvem a unidade entre a teoria e a prática sejam desenvolvidas o mais plenamente possível. Está aí por que o Congresso e a Conferência devem ser a expressão mais alta da elaboração coletiva e do livre exercício da crítica e autocrítica. Esse livre exercício não é um ato individual, um liberalismo, mas expressão da atividade que se desenvolve nos organismos e, portanto, na vida coletiva. Para isso, é fundamental o funcionamento dos organismos partidários, das células ao CC. As graves divergências que surjam da intervenção (e não do intelectualismo, do diletantismo) na luta de classes devem ser elaboradas em documentos, discutidas em todo o partido e decididas pelo voto para que se tenha a posição de maioria e minoria, para que se preserve a unidade exterior e para que não paralise sua ação.

Os marxistas-leninistas-trotskistas preservam e desenvolvem o funcionamento partidário constituído pelo centralismo-democrático, porque é a forma mais perfeita e segura de garantir o direito de divergência e a unidade na ação. Mas um aspecto também essencial, talvez o mais essencial: o centralismo-democrático possibilita que a livre expressão da divergência no seio dos organismos e processada coletiva por intermédio deles desvende as suas raízes de classe, se se trata de uma diferença tática circunstancial que os acontecimentos se encarregarão de resolver, ou se a diferença tática oculta uma mudança na estratégia ou se se trata de diferenças programáticas. Toda vez que surgir uma divergência dessa natureza é obrigação da militância buscar e revelar suas raízes de classe.

Por que colocamos esses fundamentos da concepção leninista do

partido, que não é outra coisa senão o desenvolvimento do marxismo em matéria organizativa? Porque a Conferência teve de discutir e decidir sobre uma divergência, que embora tenha surgido de uma intervenção na luta dos professores em São Paulo, envolvia uma revisão no programa do POR para a educação, que como sempre explicamos, não é senão a aplicação particular o programa partidário. Uma célula abriu a divergência em torno da defesa de um Plano de Carreira aprovado na assembléia e que constasse a evolução acadêmica, contrapondo-se à posição do CC de rejeitar a manobra governamental e da burocracia e de caracterizar os fundamentos do Plano de Carreira de discriminador e de divisão dos trabalhadores. Aqueles que defendiam intervir para mudar o Plano de Carreira, advogavam que a maior qualificação do docente por meio de titulação deveria ser remunerada. A posição do CC foi de rechaçar terminantemente a formulação e a bandeira, que se achavam em contradição frontal com o programa, o método, as bandeiras do partido. A resposta às manobras do governo e da burocracia parte das necessidades reais e, por isso, gerais. Eis por que o partido levanta um conjunto de reivindicações que vai do salário mínimo vital à escala móvel das horas de trabalho. A Conferência debateu por horas, até que se esgotassem todos os argumentos, como preparação todas as células receberam os documentos, várias foram as atas do CC respondendo à divergência e incentivando as células a estudarem com rigor, com organicidade e com a crítica e autocrítica.

Na votação final, foi rejeitada por maioria a bandeira de progressão na carreira por titulação e seu conteúdo de qualificação profissional. Os camaradas que defendiam “maior qualificação, maior salário” para uma mesma função (o trabalho do professor do ensino fundamental e médio) caracterizaram a posição do CC de sectária e o CC os caracterizou de expressar uma posição reformista. Tanto o sectarismo quanto o reformismo devem ser combatidos, uma vez que são estranhos à política e o programa proletário. Uma posição sectária ou reformista – porque são faces de uma mesma moeda – uma vez manifestada e tornada expressão política geral no partido constitui um embrião para uma futura tendência liquidacionista.

O CC se esforçou na Conferência para mostrar que os defensores de introduzir no programa do partido e em sua política a defesa de um plano de carreira e a diferenciação salarial promovida pela titulação expressavam posições da pequena burguesia, do meio social em que atuam e das pressões da burocracia, seguidas pelos centristas. A rejeição pela Conferência dessa posição foi fundamental para preservar o POR da introdução de uma posição estranha ao seu programa.

É importante frisar que a divergência foi tratada duramente, mas com alto nível de defesa e de camaradagem. As votações foram precisas e expressaram a compreensão e a consciência dos delegados (no partido leninista, não há mandato imperativo, as posições divergentes lutam para convencer por meio da fundamentação científica, da análise, dos exemplos e da crítica e autocrítica). Entendemos que a divergência e o teor das discussões como foram tratados demonstraram uma escola revolucionária. O POR sai fortalecido desse embate interno. Cabe à militância tirar todas as lições e avançar a construção do partido. A solução da divergência por meio dos organismos e do centralismo-democrático não impõe a ninguém que abandone suas convicções, apenas exige que todos vigiem pela unidade na ação.

Viva a construção do Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista, seção do Comitê de Enlace pela reconstrução da IV Internacional.

Nesta edição:

- O governo do PT, PMDB, PDT, PSB, PCdoB, mancomunado com o PSDB E DEM, é responsável pela situação desesperadora da população do Haiti
- Congresso da Central Operária Boliviana (COB)
- Rebelião Cocaleira Contra a Erradicação

Artigos do Cerqui
**Comitê de Enlace
pela Reconstrução
da IV Internacional**

MANIFESTO DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

O governo do PT, PMDB, PDT, PSB, PCdoB, mancomunado com o PSDB E DEM, é responsável pela situação desesperadora da população do Haiti

Cerca de quatro mil imigrantes do Haiti entraram no Brasil, pelas fronteiras do Acre e do Amazonas. O volume de foragidos da fome despertou a atenção dos governos estaduais e federal. No começo, os haitianos foram recebidos como se estivessem entrando em um país que tem os braços abertos para os necessitados. Afinal de contas, o Brasil foi constituído por imigrantes e a sua miscigenação é distintiva no mundo. Mas, na verdade, por trás do sorriso, os dentes dos burgueses estavam arreganhados. Era necessário disciplinar os imigrantes e bloquear a vinda de levadas maiores de famintos. Assim, foi acionado o Conselho Nacional de Imigração para impor medidas contrárias à imigração de haitianos.

O governo do PT e aliados não querem dar o visto de permanência definitiva aos que estão no Brasil e fecharem as fronteiras. É claro que o governo petista não deixaria de apresentar uma explicação humanitária. Os pobres haitianos teriam de ser arrancados das mãos de coitotes e serem protegidos dos perigos da viagem clandestina, passando pelo Peru, Equador e Panamá. Os protetores dos pobres, como é do gosto do governo petista, ficaram tão sensibilizados pelo drama da horda de seres humanos que chegaram ao Brasil apenas com a roupa do corpo. A imprensa tomou como exemplo as declarações de alguns refugiados que desavisadamente descreveram a sua epopeia e a sua condição de vítima dos coitotes. Tudo isso para condoer o coração da classe média brasileira e preparar as medidas contrárias ao livre ingresso dos foragidos do Haiti, que foi tomado pelo terror da miséria, doenças e de uma existência subhumana que atravessa o dia a dia em acampamentos improvisados.

O terremoto que há dois anos destruiu os bairros pobres de Porto Príncipe, que abrigam a grande maioria da população, foi seguido de um carnaval de “apoio humanitário” da ONU, cujo sentido foi o de justificar a intervenção militar no Haiti. Até hoje, não se construíram as casas prometidas – estimam-se que seiscentos mil miseráveis não têm moradia na capital -, a economia permanece no fundo do poço e o desemprego esmaga as massas. No entanto, os burgueses continuam bem protegidos em suas propriedades e boa parte do dinheiro que se dizia servir

para a reconstrução das moradias foi parar em seus cofres.

O governo do PT, com uma parte da esquerda comprometida como ele, enviou tropas para conter as revoltas dos famintos. O pior para o imperialismo, para os Estados Unidos em primeiro lugar, seria um terremoto social. Havia de sustentar um Estado falido e a camarilha de burgueses corruptos. Havia de inventar uma democracia, que acobertasse a falência da burguesia haitiana e sufocar qualquer rebelião dos famintos. Para não configurar uma intervenção colonialista, puseram o Brasil de chefe da missão. O governo Lula se mostrou servil das potências, em nome do sofrimento dos haitianos, da reconstrução do País e da paz social interna. Os militares brasileiros enfrentaram os pobres nos bairros miseráveis de Porto Príncipe com a bandeira de combater as quadrilhas e os criminosos. O Haiti, portanto, serviu de laboratório para adestrar uma elite militar, destinada a transmitir seu aprendizado e a realizar operações nas favelas do Rio de Janeiro.

Agora, os famélicos, cansados de esperar uma solução para suas existências, dispersos, sem organização política e social para combater em seu próprio país a burguesia e os colonialistas interventores, fogem à procura de um Brasil promissor, o país do emprego, etc. Os petistas, lacaios da burguesia, se conformam que seu governo prepare medidas contra os imigrantes. Os mais esquerdistas resmungam no cantinho que lhe é reservado no PT, na CUT e na burocracia sindical. Não são capazes de reconhecer que sustentam um governo de serviços do imperialismo.

Ao contrário, denunciemos o governo Dilma Rousseff de ter mantido a intervenção no Haiti, decidida por Lula. Rechaçamos qualquer medida de restrição à entrada dos imigrantes. E chamamos a classe operária a apoiar o seu livre ingresso e a exigir que o governo lhes garanta toda assistência, que os empreguem imediatamente e que tenham um salário condizente com as necessidades vitais, como a de qualquer família de trabalhadores brasileiros.

***Fora as forças intervencionistas, colonialistas, do Haiti!
Pela autodeterminação dos povos oprimidos! Nenhuma medida do governo brasileiro contra os refugiados do Haiti! Livre acesso aos imigrantes haitianos!***

Congresso da Central Operária Boliviana (COB)

Nos dias 16 a 20 se realizará, na cidade de Tarija, Bolívia, o Congresso da COB. Na nota de 11 de janeiro, a CUT diz que será representada pelo diretor executivo Júlio Turra e a assessora da Secretaria de Relações Internacionais Rosiver Pavan.

Júlio é dirigente do Jornal O Trabalho, da corrente de Lambert, revisionista do trotskismo. Rosiver é ex-integrante da organização O Trabalho. Ambos fazem parte do PT. Não por acaso, a cúpula dirigente da Central delegou poderes para representá-la na COB.

Os burocratas da CUT que apóiam o governo petista de Dilma serão recebidos pelos também burocratas da COB, que estão com o governo de Evo Morales. Júlio Turra afirmou: “Este congresso possui um viés importante, quando as teses que serão submetidas aos trabalhadores levantarão alguns pontos centrais, como o projeto de construir um instrumento político dos trabalhadores, um partido operário, buscando avançar em transformações estruturais no país vizinho”. O lambertista Turra irá à Bolívia para combater a política do trotskismo, encarnada pelo Partido Operário Revolucionário (POR). Assim, vai ao congresso da COB para propor um partido dos trabalhadores. Turra, lacão do PT e da CUT, que se diz trotskista, defensor da IV Internacional, pretende usar a experiência de construção de um partido dos trabalhadores burgueses no Brasil para convencer os burocratas da COB a criar esse mesmo instrumento que servirá de conciliação de classes e de canalização da revolta da maioria oprimida contra o fracassado governo de Evo Morales. Portanto, quer ressuscitar as velhas tentativas de criação de partidos reformistas, que concluíram em fracasso.

Mais ainda. A burocracia da COB usará o congresso para tentar eliminar conquistas históricas do proletariado boliviano, entre elas a hegemonia da classe operária na direção da central. Turra compartilhará dessa política antioperária, da mesma forma que se submete à orientação governamental e capitalista dos dirigentes da CUT brasileira.

Por onde pisam os burocratas da CUT, semeiam mais conciliação de classes e submissão dos organismos dos trabalhadores aos governos tidos como reformistas. O combate à burocratização, estatização da Central e a defesa da democracia operária e a independência política frente ao Estado e os governos são fundamentais nesse congresso.

Publicamos abaixo o artigo do Jornal Massas que caracteriza o congresso, que defende o programa proletário e que propõe um conjunto de reivindicações vitais de defesa da vida dos explorados, como tarefa do Congresso.

Bolívia: Tarefas do Congresso da COB:

Defender a Hegemonia Proletária em sua Direção

Dotar os Explorados de um Programa Revolucionário que Garanta sua Independência Política

No dia 16 de janeiro, inicia-se na cidade de Tarija o Congresso da Central Operária Boliviana. Ele se realiza num momento muito especial em que vastas camadas de explorados do país estão finalizando um processo de emancipação política com relação às ilusões que inicialmente tinham no governo do MAS, liderado por um indígena.

Nesta fase do desenvolvimento do processo político, o governo que inicialmente apareceu como anti-imperialista, defensor dos recursos naturais e da “Mãe Terra”, está se mostrando agora de corpo inteiro como um servo das multinacionais e das empresas nacionais privadas.

Sua política salarial abertamente fundomonetarista e sua falsa política de nacionalização dos combustíveis, que busca uma parceria estratégica com as multinacionais sanguessugas, mantém a intangibilidade dos latifúndios na Região Oriental,

entrega desmesuradamente os recursos naturais para o imperialismo (TIPNIS, Mutún, etc.) e garante as grandes, médias e pequenas minas privadas. Desenvolve contra as organizações operárias e sociais, etc. uma política repressiva. O que desnuda, portanto, o governo do MAS, como abertamente burguês, anti-operário e anti-popular.

Os lacaios do governo incrustados nos sindicatos perdem seu principal discurso, “a defesa do processo de mudança” e que é um governo progressista lutando contra a conspiração do imperialismo e da “direita oligárquica”. Agora, aos olhos dos explorados, o governo se apropriou de todas as bandeiras da direita estúpida e ocupa o espaço deixado por ela no cenário político nacional.

Sem dúvida, esses agentes do governo atuaram – uns abertamente e outros de modo sorrateiro encobertos por discursos

radicalóides – buscando atacar a COB por trás do carro oficialista. Procuram mudar sua estrutura classista para tirar o proletariado do controle da central e converter em direção os camponeses pequenos proprietários ou setores da classe média, com o propósito de eliminar da COB seu conteúdo revolucionário. Enfim, pretendem capturar burocraticamente sua direção para submetê-la às violentas manobras do governismo e torná-la um obstáculo para as futuras lutas do movimento operário e popular.

O Congresso tem a tarefa de resgatar a independência política do COB frente aos governos da classe dominante, de dotar os explorados bolivianos de um programa revolucionário, resgatando os princípios básicos das Teses de Pulacayo, das bases constitutivas da Assembléia Popular de 1971 e da Tese Socialista do IV Congresso da COB. Dar aos trabalhadores uma direção revolucionária com os melhores elementos do proletariado e de outros setores e uma plataforma de luta que expressa as necessidades vitais dos explorados nesta situação. Essa é a tarefa.

A plataforma de luta a ser aprovada pelo congresso da COB deve ter como eixos centrais lutar:

1 .- Pelo salário mínimo vital com escala móvel para defender a força de trabalho da inflação e da depauperação dos

salários e vencimentos, como resultado da crise global do capitalismo.

2 .- Pela liquidação completa do latifúndio para que todos os camponeses e indígenas tenham acesso à terra na forma da propriedade coletiva.

3 .- Pelo livre cultivo, comercialização e industrialização da coca. Contra a aplicação da política imperialista de erradicação forçada ou consensual, sob pretexto de luta contra o narcotráfico.

4 .- Pela defesa dos recursos naturais e expulsão das multinacionais imperialistas.

5 .- Pelo direito à saúde gratuita para todos os bolivianos e pela defesa intransigente do Fundo Nacional de Saúde vigente.

6 .- Por uma aposentadoria cuja renda cubra todas as necessidades vitais dos trabalhadores em sua velhice.

7 .- Pela defesa da educação pública, única, gratuita e científica. Contra qualquer tentativa de destruir as conquistas alcançadas até agora na educação com a implementação de uma reforma na educação anti-científica, reacionária e etnocêntrica.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano, nº 2248, de 13/01/12)

Bolívia - La Asunta, Sul de Yungas Rebelião Cocaleira Contra a Erradicação

Quatro centrais que agrupam 14 comunidades de produtores de coca de “La Assunta” resolveram expulsar à força os membros da Força Tarefa Conjunta (erradicadores). A medida foi efetivada na segunda-feira, 9 de janeiro de 2012.

Os cocaleiros rebeldes indicaram claramente que a coca é a sua fonte de sustento e que irão resistir em erradicar “voluntariamente” (segundo o acordo assinado pelos líderes subversivos ao governo) em limitar a produção a um hectare por família em uma área de produção tradicional.

O cocaleiro Evo Morales, desde quando era líder dos plantadores de coca do Chapare, já mostrava sua condição de lacaios do imperialismo, aderindo à política imperialista de “responsabilidade compartilhada”, ao invés de defender o direito dos plantadores de coca de cultivar e comercializar seus produtos livremente, respondendo à demanda criada pelo próprio imperialismo para a produção e consumo de cocaína.

Agora no governo, Evo Morales implementa essa política sob o pretexto de controle social e erradicação voluntária das plantações de coca excedente, fixando uma cota de um kato (1.600 metros quadrados) no Chapare e um hectare nos Yungas de La Paz, por família.

Os produtores aceitaram a imposição de Evo Morales na crença de que este faria vistas grossas e que era uma manobra frente às pressões do imperialismo.

Logo descobriram que a política do governo de erradicação de cocaína era séria, o famoso “controle social” exercido pelos dirigentes incondicionais ao governo converteu-se em uma verdadeira ditadura. A Força Tarefa Conjunta realiza a erradicação forçada toda vez que os produtores não o fazem voluntariamente.



Marcha dos Tipnis: as bases se rebelam contra o governo de Evo

A rebelião das bases está se tornando cada vez mais forte e o que aconteceu em “La Assunta” não é mais que a explosão de descontentamento popular contra a política de submissão de Evo Morales aos mandatos do imperialismo.

No Chapare existe um organismo chamado Surazo, integrado por várias unidades do Exército, criado por ninguém menos que o presidente cocaleiro Evo Morales. Esta é uma variante da Força Tarefa Conjunta incumbida de eliminar toda plantação superior ao kato de coca. Esse organismo entra nos sindicatos sem aviso prévio, de surpresa e na madrugada, como denunciaram os plantadores de coca de “La Asunta”.

O que aconteceu em “La Asunta” pode espalhar-se como

um rastilho de pólvora em todas as zonas cocaleiras. O governo imediatamente reagiu ameaçando processar os dirigentes de “La Asunta” e alguns dirigentes vendidos tentaram minimizar essa rebelião, indicando que são apenas quatro as centrais rebeldes que se recusam a erradicar “voluntariamente”, segundo o acordo assinado com o governo.

O governo, cuja subserviência aos mandos do imperialismo não se põe em dúvida, está fadado a se chocar violentamente com vários setores de explorados, para impor sua política abertamente pró-imperialista e pró-burguesa. Neste caso, com o próprio setor de que provém e que todos consideravam como seu maior reduto de apoio.

Sua capacidade de manobra se reduz, provocando a repulsa das massas que a cada dia perdem mais as ilusões que a

pregação demagógica deste camponês-indígena impostor conseguiu despertar nelas.

Afirmamos mais uma vez que o problema do narcotráfico é um fenômeno inteiramente gerado pela sociedade capitalista em putrefação a partir da metrópole. Os produtores da folha de coca respondem, como qualquer produtor no capitalismo, à demanda do produto e de nenhum modo podemos aceitar que eles sejam criminalizados por essa razão e pelo flagelo pelo qual não são responsáveis e que os favorece.

A defesa dos direitos dos cocaleiros em cultivar e comercializar livremente seus produtos é parte integrante da luta de libertação do país das amarras impostas pelo imperialismo.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano, nº 2248, de 13/01/12)

Bolívia:

Marcha do Conselho de Indígenas do Sul (Conisur): Uma manobra que não engana ninguém

A manobra que é recebida com desdém pela maioria nacional, deve ser derrotada pela mobilização dos explorados do país. É necessário derrubar a pretensão do governo de entregar os recursos naturais do Território Indígena e Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) para as multinacionais imperialistas.

Na época, enquanto ocorria a marcha do TIPNIS, denunciávamos que os compromissos do governo com as multinacionais e os capitalistas brasileiros são tão grandes que a maior parte do destino de Evo Morales e sua camarilha dependem do cumprimento dos mesmos. Observamos que a construção da estrada que se divide em dois o Parque responde a interesses imperialistas de empresas poderosas interessadas em explorar os recursos de petróleo, gás, mineração e florestal. Por outro lado, diz-se que o Brasil está interessado em chegar ao mercado chinês nas condições mais favoráveis utilizando a estrada como o caminho mais curto para chegar ao Pacífico. Este conjunto de interesses se reflete no milionário financiamento do BNDES que, às pressas, antes de finalizar o projeto do traçado da estrada e antes do governo Morales cumprir a sua obrigação constitucional de consultar antes os habitantes do TIPNIS, já iniciou o desembolso para iniciar a construção das seções I e III.

Foi um duro golpe para o governo que a marcha indígena, que culminou com uma mobilização maciça popular em La Paz, lhe obrigasse a promulgar a lei que proíbe a construção de estradas através do TIPNIS. Sem dúvida foi uma derrota que o colocou numa saia justa com os interesses estrangeiros; em nenhum momento, deixaram de pressioná-lo para obrigá-lo a honrar seus compromissos.

Para sair do impasse, o governo escolheu o pior caminho cujo custo político pode ter consequências imprevisíveis, organizou uma contramarcha com os colonos que, há algum tempo, invadiram o TIPNIS e iniciaram as plantações de coca na região. Esta marcha forjada, desde a sua partida, não teve o menor impacto na opinião pública. Trata-se de uma marcha solitária, sem qualquer apoio popular e relegada ao segundo plano pela imprensa, ao ponto de Morales, em várias ocasiões,

reclamar da falta de atenção da mídia e das organizações humanitárias. A chegada da malfadada marcha a Cochabamba foi feita em meio à indiferença das pessoas, apesar do partido do governo estar trabalhado duro para divulgar e mobilizar funcionários das diferentes repartições de todas as esferas de governo.

No entendimento das pessoas trata-se de uma manifestação organizada pelo governo para justificar a anulação da Lei e prosseguir com a construção da seção II da estrada a fim de honrar compromissos com as multinacionais e os capitalistas brasileiros. Anunciaram que a próxima etapa da marcha, entre Cochabamba e La Paz, deverá ser engrossada pelos camponeses que permanecem sob o controle governista através da Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses da Bolívia (CSUTCB) e das Bartolinas (Confederação Nacional de Mulheres Camponesas Indígenas Originárias da Bolívia “Bartolina Sisa”). Tudo para dar a aparência de ser um movimento popular espontâneo que coloca pressão sobre o parlamento e o próprio poder executivo.

Mais uma vez, a manobra se choca com a situação política extremamente adversa ao governo. É possível que a indiferença que até agora os explorados têm mostrado com relação à marcha se transforme em mobilizações de repúdio que podem encurralar o aparato do governo.

Os sindicatos e organizações sociais devem esgotar todos os recursos que têm à mão para frustrar, mais uma vez, a pretensão governamental de burlar o que a mobilização popular anterior conquistou. A futura arremetida dos explorados deve ser até a tomada do poder das mãos dos agentes do imperialismo e das empresas privadas nacionais.

A consigna central do movimento deve ser a defesa dos recursos nacionais e a expulsão das multinacionais imperialistas do país.

(Extraído do jornal “Masas” boliviano, nº 2248, de 13/01/12)